

“Precisamos preservar o que temos”

Quais são as propostas trazidas pela chapa para a nova gestão do Conselho Comunitário da Asa Sul (CCAS)?

Em primeiro lugar precisamos fazer com que o conselho se constitua em um instrumento, no ponto de vista institucional, e que seja aceito pelo governo, pelo Legislativo e que possa também ter uma atuação expressiva junto ao Judiciário. É inegável que em uma sociedade moderna, a comunidade e a sociedade civil tem de estar organizada para que possa ser ouvida. O CCAS tem uma tradição significativa nesse sentido, mas nos últimos tempos o governo não tem atendido às diversas solicitações do conselho, algumas portas têm se fechado e tem havido uma dificuldade grande junto à Administração Regional de Brasília.

A nova gestão, então, será uma continuação da atual, encabeçada pela Sra. Heliete Bastos, ou haverá uma ruptura, o hasteamento de uma nova bandeira, por exemplo?

É uma continuação do trabalho que vinha sendo feito. Um trabalho que deixou o conselho muito bem perante a sociedade civil, na gestão da Heliete Bastos. Mas é inegável que teremos de fazer um grande esforço para conseguir um maior reconhecimento do conselho junto às diversas instituições. Mas vamos mexer também com questões que estavam ficando para trás, como a segurança. Há 11 anos, o 1º Batalhão de Polícia Militar, que cobre a Asa Sul, contava com 1.300 homens, mas hoje, são só 400 dando segurança a toda a Asa. Já tivemos guardas de quadra, que hoje não existem mais. Essa é uma questão que será resgatada.

A Asa Sul pode ser considerado um bairro consolidado com poucas áreas restantes para construção. Em que frentes se pode lutar pela a preservação do bairro?

Nós temos uma dificuldade para mexer com o GDF, independentemente dos governos, porque existe uma confusão entre administração e realização de obras. E não é isso. Na Asa Sul, nós precisamos fundamentalmente preservar o que nós já temos. Essencialmente, precisamos de manutenção, como nas calçadas, recuperação de gramados, parquinhos e quadras de esportes que estão depauperados. O enfrentamento das questões dos bares é o maior nó górdio para nós. Um bar que tem 70 m² para funcionar, por exemplo, invade outra de 700 m² em espaço público porque o preço da invasão é um muito barato. Isso atrai barulho até alta madrugada, confusão, estacionamento sobre os passeios públicos. Os bares têm de ser enquadrados em seu espaço físico legal e em um horário de funcionamento que seja razoável.

Como é o relacionamento do conselho com as prefeituras para a solução desses problemas? O “porta-voz” para o governo seria o CCAS?

O conselho não procura ser um órgão burocrático, então, necessariamente, nós não temos de centralizar todos os pedidos que as prefeituras fazem para o governo. Nossa papel é muito de mais de fortalecer as prefeituras, de aglutiná-las, fazer com que troquem experiências e de agilizar os pedidos de interesse das prefeituras. O mais importante é desempenhar um papel de fazer com os pleitos das prefeituras sejam atendidos e que o conselho esteja fortalecido para que obtenhamos o retorno do governo.

Na contramão, essas dificuldades que o conselho encontra para ne-

Candidato único à presidência do Conselho Comunitário da Asa Sul, Ricardo Hernane Pires chega hoje às eleições para assumir pela segunda vez o colegiado que representa 80 prefeituras de quadras e cerca de 150 mil moradores do bairro. Desde 1973 em Brasília, o sociólogo e jornalista Ricardo Pires foi co-fundador da terceira prefeitura comunitária da Asa Sul, na SQS 203, em 1979. Chega agora para assumir seu segundo mandato, com propostas que representam a continuidade da antiga gestão, encabeçada por Heliete Bastos, com novos desafios. Entre eles, a de tentar a reinserção da entidade no Conselho Gestor da Área de Preservação de Brasília (Copresb), da qual foi substituído sob forte polêmica a mando do Buriti. “Quem

perde com tudo isso é o governo, que tem um órgão como o Copresb onde a comunidade não tem os seus representantes. Perde-se em legitimidade”. Para ele, a saída do Copresb prejudicou o diálogo com o GDF na busca pelo atendimento às principais reivindicações do bairro, como a erradicação das invasões de área pública por bares e a manutenção de parquinhos e calçadas. Em outra frente, promete buscar diálogo com o Judiciário local para debater a concessão de liminares para o funcionamento de bares. “Nós queremos que aqui em Brasília a Justiça seja cega, e não que o Judiciário seja cego e que tenha um compromisso de preservar a lei”.



David Alves

Há 11 anos, o 1º Batalhão de Polícia Militar, que cobre a Asa Sul, contava com 1.300 homens, mas hoje, são só 400 dando segurança a toda a Asa

Um bar que tem 70 m² seus, por exemplo, invade outra de 700 m² em espaço público porque o preço da invasão é muito barato

gociar com o GDF não quebra a coesão e legitimidade do conselho com as prefeituras?

O conselho é legitimamente reconhecido pelas prefeituras, mas na medida em que um segmento do governo, como a Administração Regional, não nos recebe, logicamente que está estimulando as prefeituras a procurarem o governo espontaneamente. É uma forma de enfraquecer o governo, de dividir a comunidade. Nós esperamos que esse tipo de conduta não prevaleça porque é uma luta que é contrária a tudo que a administração moderna e que o próprio governador Joaquim Roriz dizem: que administrar é definir prioridades após ouvir a comunidade. Então, não esperamos que isso aconteça para que o próprio governo colha os frutos de seus trabalhos de forma legítima.

A exclusão dos conselhos da Asa Sul e da Asa Norte do Conselho Gestor da Área de Preservação de Brasília (Copresb) enfraqueceu as entidades perante suas comunidades?

Eu não diria que enfraqueceu, mas é inegável que não foi bom para o conselho. É inegável que também não foi bom para a comunidade. Talvez quem tenha ficado mais prejudicado com tudo isso é o próprio governo, que tem um órgão como o Copresb – responsável pela preservação de Brasília – onde a comunidade não tem os seus representantes, apenas perde em legitimidade. Todos perdemos. Acho que essa questão, depois de um pouco de discussão, buscaremos resolver porque achamos que a comunidade tem de estar representada. Assim como no Conselho de Planejamento do DF (Conplan), que não está funcionando, e no Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do DF (Sisplan). Hoje não se pressupõe um sistema de planejamento urbano com uma gestão governamental onde a comunidade não possa ser ouvida.

O senhor mencionou essas instâncias de planejamento urbano e territorial. Como o conselho avalia a participação da população nas discussões do Plano Diretor Local (PDL) da Asa Sul e no Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)?

Em primeiro lugar, era fundamental que o Conselho de Planejamento Local, que está previsto no Estatuto das Cidades, estivesse funcionando. Se funcionasse, a comunidade poderia, por meio de seus representantes, alimentar o governo com informações sobre seus bairros. É um processo de aprendizagem fazer sugestões sobre a própria comunidade. E os avisos que nós tivemos para participar das discussões do PDOT chegaram à tarde para que comparecêssemos à reunião à noite. São questões que dificultam a participação. Mas também é inegável que, à diferença do atual PDOT (concluído em 1997), nós estamos tendo oportunidade de participar, por menor que seja. Só resta agora avaliar se a metodologia aplicada vai garantir que os anseios da população serão atendidos.

O senhor acredita que o CCAS, nas gestões anteriores, conseguiu imprimir uma mentalidade de preservação entre os moradores e as prefeituras da Asa Sul?

É inegável que conseguimos imprimir uma vontade de participação. Não é da maneira como queríamos até porque a sociedade brasileira não é uma prática histórica de participação e o governo não estimula a participação. Mas nós sentimos isso quanto a comunidade vê que haverá uma perda mais significativa. Mais recentemente, aconteceu o caso dos RUVs (Restaurantes de Unidade de Vizinhança).

De que tipo, por exemplo?

A população sentiu que toda uma calçada que utilizada para as caminhadas, as árvores anti-gas, que tudo isso estava ameaçado, todos foram à luta. Nós fomos mostrar que não é preciso mais esse tipo de construção. A legislação que prevê o RUVs é uma legislação caduca, da época que era proibido abrir bares no comércio local. E hoje, não mais. E essa RUVs vão apenas causar um tumulto maior que o já existente, porque não agregam uma única vaga de estacionamento às quadras. A manifestação da comunidade chegou a sensibilizar o governador, que afirmou que resolverá a questão.

Alguns bares, que são apontados pelo conselho como um dos principais problemas do bairro, funcionam com liminares. Vocês acham necessário sensibilizar o Judiciário sobre esse tipo de medida?

Tão logo a chapa seja eleita, pretendemos fazer uma visita ao corregedor do Judiciário, ao presidente do Tribunal de Justiça do DF (TJDF), levar fotografias e abaixo assinados para que entendam os problemas que são causados para a gente pelas liminares que são concedidas ao bares. Esses estabelecimentos ocupam uma área muito maior do que a prevista por lei, mesmo que a lei 1.071/96, que permitiu a ocupação de seis metros no fundo das comerciais. É uma lei que o Iphan não aceita, que está ultrapassada e ainda assim os donos vão muito além daquilo.

Tenho certeza que o Judiciário não conhece essa realidade, não sabe todos os problemas e implicações que trazem para a preservação de Brasília e para o bem estar dos moradores. Nós queremos que aqui em Brasília a Justiça seja cega, e não que o Judiciário seja cego e que tenha um compromisso de preservar a lei.

Nós queremos que aqui em Brasília a Justiça seja cega, e não que o Judiciário seja cego – e que tenha o compromisso de preservar a

lei